

ATA 15/08 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE

Aos vinte e seis dias do mês de junho de 2008, tendo por local o Auditório da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, sito na Avenida João Pessoa, 325, e com início as 18:40 horas, realizou-se mais uma Plenária do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, com a seguinte proposta de pauta: **1)Abertura, 2)Faltas Justificadas, 3)Avaliação e Votação Atas 12/08 e 13/08, 4)Apresentação e Apreciação Pareceres 037/08 e 038/08, 5)Informes e 6)PAUTA PRINCIPAL: Apresentação do CEREST(Centro de Referência de Saúde do Trabalhador) e Apreciação de seu Plano de Investimentos para 2008.** Estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: **1)Oscar Paniz, 2)Nei Carvalho, 3)José Antônio dos Santos, 4)Flávio Becco, 5)João Batista Ferreira, 6)Maria Letícia de Oliveira Garcia, 7)Ione Terezinha Nichele, 8)Paulo Goulart dos Santos, 9)Cláudia Beatriz Mattia, 10)Maria Ivone Dill, 11)Walmir Labatut, 12)Heloisa Helena Rousselet de Alencar, 13)Carlos Alexandre Vargas de Andrade, 14)René Miguel Alves, 15)José Carlos Silveira Vieira, 16)Maria Angélica Mello Machado, 17)Wilson Pereira Dias, 18)Lindsey Marilyn da Silva Larson, 19)Rosa Harzheim, 20) Débora Raymundo Melecchi, 21)Adriana Rojas, 22)Ana Cláudia de Paula, 23)Sílvia Giugliani, 24)Dinara Fraga Del Rio, 25)Gilnei Rachinhas Borges, 26)Alcides Pozzobon, 27)Rita de Cássia da Rosa Bispo, 28)Izolda Machado Ribeiro, 29)James Martins da Rosa, 30)Newton Munhoz, 31)Márcia Nunes, 32)Roger dos Santos Rosa.** Os Conselheiros Suplentes presentes eram: **1)Ernani Tadeu Ramos, 2)Humberto José Scorza e 3)Ana Maria de Araújo Cirne.** Justificaram suas ausências Tanise Amália Pazzim, Tânia Ledi da Luz Ruschisnque, Maria Rejane Seibel, Maria Encarnacion Morales Ortega. A Coordenadora MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA inicia a Plenária solicitando aos conselheiros presentes se há alguma alteração a ser feita na Ata 12/08. A conselheira DÉBORA MELECCHI, registra uma alteração a ser feita. Nada mais havendo para alterar ou corrigir a Ata 12/08 é encaminhada para votação sendo aprovada por 15 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. Passa a Coordenadora para a Ata 13/08 que, consultada a plenária e não havendo nada a corrigir é encaminhada para votação sendo aprovada por 15 votos favoráveis, nenhum contrário e 4 abstenções. Seguindo é solicitado que a Conselheira HELOISA ALENCAR apresente os Pareceres, para apreciação e votação dos conselheiros. **PARECER 037/08 - PACTO Programa de Auxilio Comunitário ao Toxicômano. Plano de Aplicação da 13ª Etapa, Programa Solidariedade. Valor de R\$ 22.944,81. Recursos do Governo do Estado do RS. PARECER 038/08 – PACTO Programa de Auxilio Comunitário ao Toxicômano. Plano de Aplicação da 14ª Etapa. Programa Solidariedade. Valor de R\$ 10.525,41. Recursos do Governo do Estado do RS.** A Coordenadora solicita se há algum esclarecimento a ser feito pelo representante da PACTO que encontra-se presente. Alguns questionamentos são feitos e após respondidos os Pareceres acima são votados e aprovados por 15 votos favoráveis, nenhum contrário e 4 abstenções. Prosseguindo, convida a Coordenadora que o Senhor NEWTON MUNHOS faça a apresentação de nosso primeiro informe que é o Projeto Olhar Brasil. Diz então o Senhor NEWTON que estão mudando algumas Portarias do Ministério da Saúde. A 033, do Projeto Olhar Brasil. Também, a 957 e 958, em que alguns procedimentos oftalmológicos não podem ser feitos em Clínicas e sim em Hospitais. Trouxe o pessoal aqui, para apresentar o Projeto a vocês, pois posteriormente apresentaremos ao Gestor. Fala então o Senhor FERNANDO LORENZ DE AZEVEDO, Diretor do Grupo Diaglaser. Peço que o nosso Diretor, ANDRÉ LUIZ PONTIN, faça a apresentação da proposta. Inicia o Senhor ANDRÉ, dizendo que o resultado deste Programa é a soma de esforços públicos e privados na resolução do problema de visão. Estamos a mais de 10 anos em Porto Alegre e região Metropolitana, tendo na inovação tecnológica o seu mais forte

51 diferencial. Podemos dizer que hoje somos uma das estruturas mais avançadas
52 tecnologicamente da Região Sul. Um dos nossos valores fundamentais é a permanente
53 atualização tecnológica, extensão do consultório médico, democratização no acesso a
54 tecnologia, através do Corpo Clínico aberto. Parceria responsável com fornecedores e
55 investidores do governo e responsabilidade social. Estes dois últimos valores é que
56 embasam o Projeto que estamos apresentando. Ações sociais com caráter
57 pluripartidário, com um maior espectro político possível. Como exemplo temos em Novo
58 Hamburgo convênio com o Hospital Oftalmológico da Fundação Lions, que é referência
59 Regional em Saúde Pública-SUS e referência estadual em Oftalmologia. Em
60 comemoração a marca, apresentamos o Programa Ponto de Vista que é o resultado da
61 união entre dois projetos, que é o Olhar Brasil, do Governo Federal e o Programa
62 Estadual de Apoio a Inclusão e Promoção Social, que é formalizado pela Lei da
63 Solidariedade. O Projeto Olhar Brasil tem como público-alvo estudantes do ensino público
64 fundamental, jovens e adultos do Programa Brasil Alfabetizado e população acima de 60
65 anos. Os objetivos do Programa Olhar Brasil são relacionados a refração, fornecimento
66 de óculos e a consulta oftalmológica. Pretende garantir serviços especializados, através
67 da Rede já existente. A Lei de Solidariedade é um Programa de Incentivo Fiscal. Parceria
68 entre governo, entidades sociais e empresas, na realização de projetos sociais. O valor de
69 75% do investimento é abatido do crédito do ICMS. Vocês devem ter conhecimento que as
70 causas prevalentes de cegueira são Catarata, Retinopatia Diabética, Glaucoma e
71 Degeneração Macular relacionada à Idade. Com base nesta realidade é que
72 apresentamos um Projeto que é o Programa Ponto de Vista, que faz atendimento de
73 consultas via financiamento SUS. Concluímos o atendimento com a entrega do óculos.
74 Garantimos a Resolutividade, através de investimento privado, que é realizado através da
75 Lei da Solidariedade. A contrapartida do investimento privado via atendimento
76 oftalmológico de seus colaboradores ou comunidade próxima. Os diferenciais do
77 Programa são: Regionalização, Resolutividade, Intersetorialidade, real parceria público-
78 privado, efetividade e prevenção. Agradecemos pela possibilidade da apresentação e o
79 Grupo Diaglaser, que completa este ano, 10 anos de atuação, tem neste trabalho como
80 um braço de um elemento de responsabilidade social. Por isso que estamos
81 apresentando aos Senhores e Senhoras esta intenção de nós disponibilizarmos a
82 Unidade Móvel e não são somente na Unidade Móvel. Em Política Pública, no nosso
83 entender, atender somente a consulta primária e o óculos, é insuficiente. No mínimo, no
84 nosso entender, é inconseqüente. Este Projeto é resolutivo. Não se limita tão somente a
85 consulta primária. Muito Obrigado. Passa a Coordenadora MARIA LETÍCIA para os
86 demais informes. Inicia informando sobre um ofício recebido do COREN. de nº
87 SECEX/COREN-RS/097/08. “Vimos informar que a presidência deste Conselho,
88 juntamente com sua plenária, foi reintegrada no dia 4 de junho do corrente, conforme
89 decisão da 22ª Vara/DF. Resta, portanto, sem efeito os atos e decisões praticados pela
90 Junta Interventora no período de 26 de maio a 3 de junho. Anexamos as decisões
91 judiciais para vosso conhecimento e solicitamos especial gentileza de disponibilizá-los
92 para ciência dos Enfermeiros Responsáveis Técnicos e demais Profissionais de
93 Enfermagem. Certos de vossa colaboração, reiteramos nosso apreço e consideração.
94 Ass. MARIA DA GRAÇA PIVA-COREN-RS nº 9.499 – Presidente”. Está dado ciência aos
95 conselheiros e fica o registro em ata. Continuando, registro que a Comissão de
96 Fiscalização realizou algumas ações, algumas atividades, que hoje ainda não temos
97 elas todas prontas, relatadas. Deixaremos para uma próxima reunião. Iniciam-se as
98 intervenções, os informes. Fala a Senhora TANIA FAILLACE que vem novamente reforçar
99 o que tem manifestado neste Conselho, desde março deste ano, quando começou a
100 participar nos debates sobre as Regiões de Planejamento da Cidade. O Conselho do

101 Plano Diretor e mesmo os debates que acontecem nas Regiões não tem o respaldo legal
102 que tem um Conselho de Saúde, que tem a garantia da Constituição Federal. Tem
103 muitas coisas que não vão para imprensa. Ontem foi aprovado um Projeto na Câmara
104 Municipal de Porto Alegre, que permite o uso de água da chuva, não tratada, em próprios
105 da área urbana da cidade. Esse foi um projeto de autoria do Vereador BETO MOESCH.
106 Sabemos que Porto Alegre está perdendo qualidade em sua água tratada. Já temos
107 denúncia da má qualidade da água da Lomba do Sabão. Neste Projeto, esta água
108 coletada dos telhados, com todas as impurezas imagináveis seria usada para o uso em
109 vasos sanitários. Fiz esta denúncia para a Vigilância em Saúde do Estado e do Município.
110 Fala a seguir o Conselheiro PAULO GOULART, da região Noroeste. Comunico, a pedido
111 da colega FABIANA, que realizou-se nas últimas três terças feiras Oficinas de Integração
112 dos Conselhos Locais do Serviço Comunitário do Grupo Hospitalar Conceição. Foi um
113 sucesso absoluto, com uma média de presença de mais de 90 pessoas e que também,
114 representando o Conselho Municipal, o Dr. HUMBERTO SCORZA, esteve presente
115 falando sobre o Controle Social. Registro também que não pude comparecer na plenária
116 de quinta feira passada, pois eu estava a serviço, juntamente com a IONE, de nosso
117 Conselho Distrital, no IAPI e roubaram meu carro, que felizmente deu tudo certo. Em
118 função disso queria saber, pois há um boato muito forte na região de que foi assinado o
119 convênio do GHC. Seguindo o conselheiro OSCAR PANIZ informa que na terça feira a
120 noite esteve no Conselho Distrital Partenon onde participou da contagem de votos que
121 resultou nos nomes dos componentes daquele Conselho Distrital. A eleição aconteceu
122 durante o dia. Foi itinerante, passando pelas diversas Unidades de Saúde que compõe o
123 Conselho e contando com o apoio da Gerência, na pessoa da Dra. CRISTIANE. Foram
124 275 votos na Chapa 1, a única inscrita. Foram eleitos. ELIANE DE MIANDA PAIM,
125 Coordenadora, CLAUDIA BEATRIZ MATTIA, Vice Coordenadora, ZILDA DE MORAES
126 MARTINS, Secretária, MARIZETE FIGUEIREDO MARTINS, 2ª Secretária, VERA
127 BEATRIZ CORREA DOS SANTOS 1ª Tesoureira e ELENIRA REJANE MARTINS
128 PEREIRA, 2ª Tesoureira. Os Suplentes, JACI DOS SANTOS, MARIA HISAMI TORI, GENI
129 MACHADO CARDOSO, CECILIA NUNES PEDROSO, JOÃO VALDIR CORREA,
130 ADRIANE DA SILVA. Na próxima reunião, deverão encaminhar os nomes que representar
131 aquele Conselho, nesta Plenária. A Coordenadora MARIA LETÍCIA, dá-lhes boas vindas
132 à luta pela construção do SUS em Porto Alegre. Chama para dar seu informe a
133 conselheira ADRIANA ROJAS, do Sindicato Médico, que pergunta se há alguém da
134 Coordenação de Rede pois gostaria de fazer um elogio e uma crítica. Temos trabalhado
135 freqüentemente com a Coordenação de Rede no sentido de que os profissionais
136????????????????..... Este é um posicionamento que a gente tem colocado e a
137 Coordenação de Rede tem sido bastante resistente. O elogio, é de que há três meses tem
138 ocorrido uma capacitação na área de endocrinologia. Modelos mais prevalentes para
139 médicos de PSF e das Unidades Básicas, na área de doenças muito conhecidas como
140 diabetes, problema de tireóide, colesterol, onde têm participado, num turno por mês,
141 uma média de 15 a 20 médicos da Atenção Básica. Este elogio vem porque aumenta a
142 estima do profissional. Estes profissionais que estão lá são unicamente atendedores do
143 SUS e o resultado para a população é excelente. Outro assunto é sobre a marcação de
144 oftalmo. O que acontece? Na Central de Marcação de Consultas, existe a marcação para
145 encaminhar óculos, para quem tem catarata, para quem tem glaucoma. Existe um
146 encaminhamento assim: óculos, que é refração. Se o paciente vai somente com refração
147 ele acha-se atendido em todas as suas necessidades oftalmológicas. Em verdade, não
148 é. Se ele marca refração, é visto somente para quem precisa óculos. Se ele tem
149 glaucoma, catarata, eu tenho dúvidas, Gostaria de esclarecimentos, pois me parece um
150 pouco ilógico isso. Fala a seguir a Senhora SILVIA GIUGLIANI, conselheira representante

151 do Conselho Regional de Psicologia. Diz que estamos discutindo a questão de álcool e
152 drogas, especialmente nos últimos dois meses, mais em função da proposta de
153 conveniamento. Queria informar que, após termos recebido o Termo de Convênio, aqui
154 na Plenária, levei o Termo para a Comissão. Marcamos uma reunião extraordinária. Que
155 foi nesta terça feira passada. Elaboramos nosso Parecer e o estamos encaminhando
156 para a SETEC que estará fazendo sua análise também. Manifesta-se o Conselheiro
157 RENE MIGUEL ALVES, do Extremo Sul. Diz que num dia tratamos uma coisa com esta
158 Secretaria e no outro não honram aquilo que foi tratado. Temos uma sala no PSF da
159 Ponta Grossa que “era” para os Programas dos Hipertensos, diabéticos e para nossas
160 reuniões. Como, por parte da Secretaria, nós tínhamos uma demanda para a construção
161 da Sala da Odontologia. Ficou acordado que faríamos um Termo de Compromisso, que
162 seria o seguinte: colocaríamos o consultório de maneira provisória nesta sala de reuniões
163 e no prazo de algum tempo se edificaria a sala. Para nós este “provisório” foi a pior coisa
164 que a gente fez. Agora já não é mais provisório, pois quebraram o piso e estão fazendo
165 tudo de alvenaria. E também chega de dividir parede de dependências públicas, dizendo
166 que aquilo é uma obra. Obras não existem. Eu e o VIEIRA caminhamos por tudo e o que
167 na verdade existe é reparação e manutenção. Esperamos que se cumpra a palavra. Que
168 se tenha decência, pois nós lá de fora temos. Afirmam num dia e negam no outro. Vamos
169 ser transparente e ter dignidade. Manifesta-se o conselheiro JOSÉ CARLOS DA
170 SILVEIRA VIEIRA, registra que tem feito um trabalho, individual, de visitar as Unidades
171 de Saúde, para verificar o que está acontecendo. Por exemplo, foi feita uma obra no Beco
172 do Adelar, para o consultório dentário, que não deverá funcionar pois a parede está
173 completamente mofada. Na Unidade Sarandi, na Vila Elisabeth, há um problema sério,
174 pois a Unidade Asa Branca, que foi construída recentemente, está fechada, e os usuários
175 e funcionários foram transferidos para a Unidade do Sarandi. Além de terem demitido os
176 Agentes Comunitários da Asa Branca. Comenta também das dificuldades de
177 relacionamento com a Gerência do Extremo Sul, no caso com a Dra. VANIA, que teria
178 assumido no lugar do Dr. THIAGO DUARTE, mas que oficialmente não nos foi
179 comunicado. Além do mais, disse a Dra. VANIA que não participará das reuniões do
180 Conselho Distrital pois está estudando. Retoma a Coordenadora MARIA LETÍCIA DE
181 OLIVEIRA GARCIA e encaminha a proposta de pauta para hoje que é a apresentação do
182 CERESTE – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, que em Plenária anterior
183 ficou pendente pois muitos conselheiros, em função da apresentação da Prestação de
184 Contas e do Plano de Investimentos, solicitaram que houvesse uma apresentação sobre
185 as finalidades do Centro e então temos aqui a ADRIANA CARVALHO, Coordenadora do
186 mesmo, que fará esta apresentação. Antes, a Conselheira HELOISA ALENCAR, solicita
187 manifestar-se, dizendo que conforme Portaria do Ministério da Saúde, o CEREST
188 precisa ter constituído um Conselho Gestor. Providenciamos, como Conselho Municipal
189 de Saúde, da discussão para a recomposição deste Conselho Gestor, na medida em que
190 nosso Regimento Interno, também revisado, previa este Conselho Gestor. Fizemos,
191 anteriormente, uma discussão juntamente com o Conselho Estadual de Saúde, com a
192 pessoa que representava o Conselho Gestor, a Senhora JUREMA, a Coordenação da
193 CEREST e de nós do Conselho Municipal de Saúde e posteriormente nos reunimos
194 novamente e elaboramos uma proposta de Regimento Interno para o CEREST, que
195 iremos apreciar em 10 de julho, na reunião prevista para analisarmos as alterações do
196 Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde. Vocês receberam dentro do
197 envelope, hoje, esta proposta. O conselheiro HUMBERTO SCORZA pergunta se houve a
198 recomposição da Comissão de Saúde do Trabalhador do Conselho Municipal de Saúde.
199 Responde-lhe a Coordenadora MARIA LETICIA, que sim e que para a última reunião
200 programada, houve o chamamento das Entidades que se habilitaram a participar mas

ninguém compareceu. Estamos convocando novamente para a próxima reunião, em 3 de julho. Solicita então a Coordenadora que a Senhora ADRIANA CARVALHO faça a apresentação. Esta diz que na última vez que estivemos aqui, houve este questionamento de o que é o CEREST, qual a sua finalidade? Iremos fazer uma apresentação a vocês e após apresentaremos novamente o nosso PLANO DE APLICAÇÃO, Para 2008/2009. (passa então a fazer a demonstração via power point. (Cópia da apresentação em anexo à esta ata, e arquivada na Secretaria do Conselho). Após a apresentação é aberto às perguntas. Inicia o Conselheiro NEWTON MUNHOZ, dizendo que gostaria de registrar uma proposição sua, de que como o CEREST é de abrangência regional ou seja, da 1ª, 2ª e 18ª Coordenadorias, fosse respeitado o percentual populacional de cada região, para a aplicação dos recursos. E pergunto, de como fazer funcionar pois faz um ano que tenho problemas na minha regional, no Setor Calçadista e este trabalho não chegou lá ainda? Fala a seguir a Senhora TANIA FAILLACE dizendo que hoje a tarde foi apresentado o mesmo trabalho no Conselho Estadual de Saúde. Penso que no Conselho Gestor os usuários deveriam ser representados pelos Sindicatos das Categorias. Inclusive as categorias que apresentam maiores problemas de saúde. Seguindo manifesta-se a Dra. ADRIANA ROJAS, do Sindicato Médico, dizendo que: fico até triste de ver isso pois a nossa relação como trabalhadores é tão atrasada. O Trabalhador ainda é considerado uma máquina produtora de trabalho, tanto físico quanto mental, que a gente, que acaba caindo no CEREST ou de como o CEREST vai dar conta de toda esta situação. Outra coisa é sobre o comentário de que o médico não sabe caminho que o paciente faz. Isto não é verdade. O que o médico acha é que não pode intervir nisso. O que acontece? O paciente, infelizmente, está pressionado para aquele trabalho e, portanto, é difícil intervir naquela situação. Por último, nesta discussão, ficamos muito na saúde física e pouco na saúde mental. Seguindo o conselheiro PAULO GOULART pergunta, em função de que a ADRIANA falou na apresentação de que o CEREST não tem veículos, porque os que tinham, foram comprados e “emprestados”? Fala a seguir o Conselheiro HUMBERTO SCORZA que também pergunta do porque da transferência do veículo para o Pronto Atendimento da Bom Jesus e também quer saber sobre a atuação do Conselho Gestor. Inicia respondendo a Coordenadora do CEREST, ADRIANA CARVALHO. O faz pelo final, sobre a questão do veículo, que se teria emprestado. Na verdade não emprestamos. Este carro foi comprado na Gestão passada, com a verba da RENAST. Eram dois carros. Há dois anos atrás conseguimos que um deles voltasse para o CEREST. A desculpa que nos era dada é de que não havia recursos humanos no CEREST e por isso o veículo não deveria ficar ali. Falamos há duas semanas atrás, com o Dr. MARINON, que se comprometeu, em 6 meses retornar o carro. Portanto o carro nunca foi emprestado mas sim nunca foi para o local que deveria ir. Sobre a questão de saúde mental, ela é atendida no Centro de Referência pelo Médico do Trabalho o qual tem perfil de médico integral. Sobre a origem do trabalhador, da sua doença determinante do trabalho, o que se diz sobre o profissional não intervir é de que o profissional não dá o laudo que o paciente precisa, ele não faz o laudo. Temos uma grande dificuldade em que eles queiram fazer isso. Os médicos não se comprometem, e não somente os médicos, outros profissionais de saúde também, porque acham que isto é tarefa específica de médico do trabalho. Não é. É um agravo como outros. No caso da Saúde mental temos uma psicóloga e sempre que necessário é encaminhada à Rede de Assistência da Secretaria da Saúde. Sobre a prevenção, nós não podemos entrar nos locais de trabalho, em Porto Alegre, sendo esta uma tarefa da Delegacia Regional do Trabalho. Estamos impedidos de fazer visitas de vigilância em Porto Alegre, por uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que a FIERGS entrou contra o Município de Porto Alegre e que já foi julgada até no Tribunal Superior de Justiça. Manifesta-se o Senhor RONALDO,. Técnico em Segurança do

251 Trabalho do CEREST que responde ao Sr. NEWTON MUNHOZ, sobre a questão de não
252 haver em Campo Bom ação nenhuma da Saúde do Trabalhador. Esta região de Campo
253 Bom e Sapiranga pertencem a um outro CEREST, que deveria estar em Novo Hamburgo,
254 que não saiu. São Leopoldo teria interesse e não se posicionou. Fala a seguir a Dra. ANA
255 MARIA CIRNE, informando inicialmente que em 24 e 25 de junho de 2008,
256 aconteceu em Porto Alegre o encontro da Macro Regional Sul dos CERESTs (Rio Grande
257 do Sul, Santa Catarina e Paraná) Houveram discussões sobre vários assuntos como
258 funcionamento dos Centros de Referência, modificações de Portarias. Houve uma
259 observação da Dra. MARIA DA GRAÇA, da RENAST, dizendo de que em uma reunião
260 havida na CIST nacional, estabeleceu-se que município sede que não tem CIST
261 (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador) e que o CEREST não está
262 encaminhando seus Planos de Ação e Planos de Aplicação para discussão na CIST deste
263 município sede e para aprovação do Conselho Municipal também deste município, não
264 irão receber verbas. Porque? Porque o pessoal entendeu que a CIST nacional está
265 tentando desconsiderar os Conselhos Gestores dos CEREST. Outra observação
266 importante partiu do pessoal do Paraná que tem uma proposta de que os CEREST
267 tenham vínculo estadual. Pelo que se percebeu na Platéia não é uma vontade dos
268 outros estados e nem dos municípios. Seguindo, manifesta-se o Conselheiro OSCAR
269 PANIZ, que relata inicialmente que houve hoje, na Assembléia Legislativa, uma Audiência
270 Pública sobre o funcionamento dos Centros de Referência de Saúde do Trabalhador no
271 Rio Grande do Sul. Foi um encontro que iniciou as 9 horas e foi até as 13 horas. Muito
272 produtivo, apesar de os problemas relatados serem os mesmos. Aproveitamos a
273 oportunidade, por haver inúmeras entidades ligadas aos trabalhadores, fizemos um apelo
274 em nome deste Conselho, no sentido de que nos ajudem a fazer funcionar a nossa
275 Comissão de Saúde do Trabalhador, que a reativamos no ano de 2006 mas que até agora
276 não conseguimos mantê-la num ritmo permanente, pois exatamente as partes
277 interessadas não tem se envolvido, que são os trabalhadores, de todas as categorias.. O
278 Conselho Municipal está fazendo a sua parte. Para nós também ficou claro a questão do
279 Conselho Gestor do CEREST, que segue orientação do Conselho Municipal de Saúde do
280 Município Sede, que é o nosso caso. Ou seja, o que fizemos recentemente, de revisar o
281 Regimento Interno do Conselho Gestor da CEREST estava correto e esperamos que
282 tudo transcorra da melhor maneira possível, no sentido de colocarmos em prática as
283 atribuições que competem ao CEREST, e ai deixamos claro que, no nosso entendimento,
284 um dos grandes impasses para o funcionamento destes Centros, e no caso específico do
285 nosso, é a compreensão do Gestor em relação a função que o mesmo deve exercer.
286 Sobre a questão do veículo, é importante citar que para este encontro da Macro Sul,
287 dois funcionários do CEREST de Ijuí sofreram um acidente de trânsito, quando
288 exatamente vinham para o evento, em Porto Alegre, e vieram a falecer. O carro era do
289 CEREST de Ijuí, mas estava sendo dirigido por um dos profissionais, ou seja, era para
290 ter um motorista profissional executando a tarefa. É um situação típica da qual, o
291 CEREST, deveria dar exemplo, mas por contingências, ou avaliações equivocadas,
292 acabam acontecendo estas tragédias, que de forma nenhuma devemos ser coniventes.
293 Por isso a importância de um veículo, no caso. E claro que não pode ser qualquer veículo.
294 No caso deste de Ijuí era um veículo já em estado precário. Retorna a Senhora
295 coordenadora do CEREST, ADRIANA CARVALHO, que faz suas últimas considerações,
296 reapresentando o PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS REPASSADOS PELO
297 RENAST 2008, ao qual trata o **PARECER 033/08 da SETEC**. Neste Plano de Aplicação
298 houve alteração no valor de um dos itens, sendo diminuído, da compra sugerida para o
299 veículo, que em Plenária passada, foi um dos motivos da não aprovação. A
300 coordenadora MARIA LETÍCIA DE OLVEIRA GARCIA encaminha então para a

301 aprovação do Plenário, os **PARECERES** 033/08, Plano de Aplicação de Recursos
302 Repassados pela RENAST 2008, 034/08, Plano de Ação Bial 2008/2009 e 029/08,
303 Prestação de Contas do ano de 2007. Os mesmos são aprovados por 19 votos
304 favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Dando prosseguimento a Coordenadora
305 MARIA LETICIA solicita que a HELOISA ALENCAR apresente a proposta da Comissão
306 de Educação Permanente – Plano de Ação 2008. A Conselheira HELOISA lembra a
307 todos que a proposta (Anexa à esta Ata e arquivada na Secretaria do Conselho) já foi
308 entregue aos conselheiros em Plenária passada e portanto não há necessidade de
309 descrevê-la novamente. Desta forma a coordenadora MARIA LETICIA consulta a
310 plenária se há necessidade de algum esclarecimento e em nada havendo coloca em
311 votação, sendo aprovada a **PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE –PLANO DE**
312 **AÇÃO-2008**, por 22 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção. Nos
313 encaminhamentos finais a Coordenadora MARIA LETICIA registra recebimento do ofício
314 SMS nº 0731/2008 do Secretário Substituto, Dr. MARINON PORTO onde o Gestor
315 solicita os dois representantes do Conselho Municipal de Saúde para constituírem a
316 Comissão de Acompanhamento do Termo de Parceria com o Instituto Sollus. Diz a
317 Coordenadora MARIA LETICIA que o Conselheiro OSCAR PANIZ estará representando o
318 segmento de usuários e para os trabalhadores teremos a Dra. ADRIANA ROJAS,
319 dividindo com a Enfermeira CLÁUDIA FELDMANN. Nos encaminhamentos finais, registra
320 a Coordenadora alguns avisos e convites. O CREFITO5RS convida para Evento sobre a
321 Saúde da Mulher, dia 28 de junho com o Tema A Fisioterapia e a Terapia Ocupacional
322 na Prevenção e na Reabilitação do Câncer de Mama. Será no Shopping Total, Alameda
323 dos Escritores. Convite da Secretaria da Administração para o II Fórum de Saúde e
324 Segurança no Trabalho do Servidor Público. Acontecerá nos dias 1, 2e 3 de julho no
325 Auditório do Tribunal de Contas do Estado. E novamente, por solicitação do COMEN
326 (Conselho Municipal de Entorpecentes) estamos precisando indicar mais um Conselheiro
327 ou representante do Conselho Municipal de Saúde para compor aquele Conselho. Se
328 houver interesse de alguém favor procurar a Secretaria do Conselho Além de termos de
329 indicar mais 4 suplentes. A Coordenadora MARIA LETICIA, em nada mais havendo a
330 tratar, encerra a Plenária, as 21:05 horas, sendo lavrada presente Ata.

331
332
333
334
335
336
337

MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA
Coordenadora da Plenária

OSCAR RISSIERI PANIZ
Secretário.

Ata aprovada na reunião Plenária do dia 10/07/2008.